

## **Paisagem “Calcolítica” do Alto Douro: o caso dos sítios de altura estudados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, com particular incidência no Castanheiro do Vento (Horta do Douro)**

Vítor Oliveira Jorge  
João Muralha Cardoso  
Ana Margarida Vale  
Sérgio Alexandre Gomes  
Bárbara Carvalho

Convencionou-se designar “calcolítico” um período cronológico correspondente, no nosso território, ao III milénio a. C., prolongando-se na primeira parte do II milénio a. C.

A paisagem alto-duriense, na zona que temos (os autores e outros elementos da Universidade do Porto) vindo a estudar ininterruptamente desde 1989 – e, no caso do Castanheiro do Vento em particular, desde 1998 – é relativamente acidentada, em termos orográficos, sobretudo se contrastada com as planuras da Meseta contígua, ou com os planaltos da Beira Alta (zonas em que na Pré-história se implantaram dólmens), tornando-se nítida a distinção entre sítios de altura, de onde se avista toda uma região, e sítios mais baixos, de encosta ou vale. Sobre estes últimos apenas têm incidido prospecções, tendo as escavações arqueológicas realizadas privilegiado locais de certo porte e visibilidade na paisagem, como Castelo Velho de Freixo de Numão (estudado de 1989 a 2005) e Castanheiro do Vento. Estes dois complexos monumentais de altura, ou “colinas monumentalizadas”, apresentam nítidas semelhanças em diversos aspectos (podendo inclusive ter estado conectados como elementos de uma mesma rede de “locais cerimoniais” estendidos ao longo da uma vasta região, em articulação com uma “tomada de posse simbólica” de territórios e de um processo de identificação de certas comunidades com esses territórios), mas também, evidentemente, algumas diferenças significativas.

O que importa aqui sublinhar é que estes sítios arquitectónicos, em que se concentrou uma enorme atividade humana ao longo de um tempo considerável (a qual pode ter mudado a feição morfológica dos sítios de forma permanente ou descontínua, num reordenamento que era facilitado por se tratar de arquiteturas de terra, de que hoje praticamente só encontramos os embasamentos pétreos) refletem, de algum modo, a cosmovisão das populações que os fizeram e transformaram: possivelmente um princípio presente em toda a arquitetura, a fabricação de espaços “ordenados” em que se plasma uma visão (mais ou menos idealizada, certamente) do mundo. Nesse sentido, o estudo espacial destes lugares - adentro dos seus limites, mas também como elementos ou nós de percursos, e como pontos de observação para as paisagens envolventes, ou, alternativamente, como focos de atenção a partir de vários “pontos de paragem” a partir destas para eles – é de alto interesse e mesmo urgente do ponto de vista patrimonial. De facto, os impactes arqueológicos das barragens, da linha de caminho de ferro, da urbanização, e sobretudo da extensão da vinha, são conhecidos. Ora estes sítios podem ser, de algum modo, “testemunhos”, cada vez mais raros (dadas as depredações) de concepções do mundo que se

plasmaram no microcosmo que cada um deles é, mas também numa ideia mais geral que a sua aparente disposição “em rede” parece sugerir. O entendimento desta exigiria que em Portugal houvesse uma organização arqueológica capaz de trabalhar em escala proporcional à escala com que o território é permanentemente transformado pelos agentes económicos, o que é decerto uma utopia (mesmo em termos de indústrias culturais/destinos turísticos, em que por regra, evidentemente, se privilegia o monumental mais familiar e mais historicamente próximo de nós).